REVISTA **SABERES DA AMAZÔNIA**

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 4 N. 8

Janeiro-Junho 2019 | ISSN: 2448-0576

Attribution-ShareAlike 4.0 International

O CONTROLE SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

THE SOCIAL CONTROL IN THE PUBLIC ADMINISTRATION.

Fernanda Borba De Mattos¹

RESUMO:

São cinco os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública no Brasil, todos de igual valor, sem hierarquia. No presente Artigo Científico, foi dado destaque para dois desses Princípios, quais sejam o da Publicidade e da Moralidade. Vários são os Atos Administrativos praticados pela Administração Pública, então é essencial que para que seja feito um rigoroso controle desses Atos, que eles sejam públicos (possibilitando o controle) e, por consequência da Publicidade, se crê que haja maior probabilidade de eles respeitarem também o Princípio da Moralidade. Desta forma, se fornece instrumentos e dados necessários para que a População consiga exercer o seu poder de fiscalizar os Atos da Administração, colocando em prática o Controle Social dos Atos Administrativos e coibindo a prática da Improbidade Administrativa.

Palavras-chave: Atos Administrativos. Publicidade. Moralidade. Controle Social. Accountability.

ABSTRACT:

There are five Constitutional Principles governing Public Administration in Brazil, all of equal value, without hierarchy. In this Scientific Article, two of these Principles have been highlighted, namely Advertising and Morality. There are several Administrative Acts practiced by the Public Administration, so it is essential that strict control be made of these Acts, that they be public (enabling control) and, as a consequence of Publicity, it is believed that they are more likely to respect the Principle of Morality. In this way, the necessary instruments and data are provided so that the Population can exercise its power to supervise the Acts of Administration, putting into practice the Social Control of Administrative Acts and curbing the practice of Administrative Improbability.

Key words: Administrative Acts. Publicity. Morality. Social Control. Accountability.

¹M estranda em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí, Santa Catarina, Brasil. E-mail: fernanda.borbamattos@gmail.com.

Introdução

Os Princípios que norteiam a Administração Pública estão elencados no *caput* do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988², quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Todos os Princípios são de elevada importância para que se tenha uma Administração Pública honesta, respeitosa e despida de atos que possam vir a lhe prejudicar. Inobstante, não desmerecendo os demais, neste artigo, o foco principal será o princípio da Publicidade, passando pelo da Moralidade, ambos direcionados, especialmente ao Controle dos Atos Administrativos e prevenção da Improbidade.

Não é de hoje que a população está descrente com os Agentes Públicos e Administradores que comandam a Administração Pública. Com notícias cada vez mais constantes e absurdas, ambas em grandes proporções, vimos nosso país cair em um círculo vicioso de improbidade, corrupção e impunidade. Essa descrença abrange todos os poderes: Legislativo, Executivo e também o Judiciário.

O dissabor das práticas corruptivas e o sentimento de inércia são experimentados por toda a População e são agravados pela falta de informação e pelos atos que são diariamente praticados pelos Administradores, sempre às escuras e “pelas costas” da População. Esta vem a ter conhecimento dos atos praticados pelos jornais televisivos ou quaisquer outros meios de informação, sempre muito tempo depois, geralmente quando já renderam muito dinheiro para quem os praticou e enorme prejuízo aos cofres públicos.

O fato é que na grande maioria das vezes, a prerrogativa do sigilo dos Atos Administrativos, previstos expressamente na CRFB/88³, é utilizada de má

² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Doravante denominada de CRFB/88. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21 de agosto de 2019.

³ Artigo 5º, incisos X, XXXIII e artigo 37, §3, II. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21 de agosto de 2018.

fé para manter sob sigilo atos que não se enquadram nesta previsão e que, principalmente, não visam o interesse público, violando assim o dever dos Administradores em tornar públicos seus atos, mesmo que discricionários, para que a População possa fiscalizá-los.

Quando os Atos Administrativos deixam de ter como finalidade principal o bem e o interesse público e coletivo, passando a ter como objetivo interesses individuais ou de terceiros, resta caracterizado o Desvio de Poder (ou abuso dele), e que muito provavelmente caracterizará atos de Corrupção e Improbidade Administrativa.

Assim, o que se pretende no presente Artigo Científico é verificar se e até que ponto o sigilo desses Atos Administrativos, previstos constitucionalmente, pode interferir ou facilitar a prática de atos que se tipifiquem como Improbidade Administrativa e verificar o impacto desse sigilo no Controle Social desses Atos Administrativos, ou seja, se a própria Administração Pública dá suporte e embasamento para que a Sociedade possa fiscalizar e investigar esses Atos.

No primeiro item o objetivo será tratar sobre os Atos Administrativos propriamente ditos. No segundo, o objetivo será discorrer sobre o Princípio da Moralidade e sua ausência e/ou influência na Administração Pública. Por fim, no terceiro e último será abordado o tema Controle Social dos Atos Administrativos.

Quanto à Metodologia empregada, registra-se que, na Fase de Investigação⁴ foi utilizado o Método Indutivo⁵, na Fase de Tratamento de Dados o Método Cartesiano⁶, e, o Relatório dos Resultados expresso no presente artigo é composto na base lógica indutiva.

⁴ “[...] momento no qual o Pesquisador busca e recolhe os dados, sob a moldura do Referente estabelecido [...]”. PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática. 14 ed. Florianópolis: EMais, 2018. p. 91.

⁵ “[...] pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral [...]”. PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática, p. 95.

⁶ Sobre as quatro regras do Método Cartesiano (evidência, dividir, ordenar e avaliar) veja LEITE, Eduardo de oliveira. **A monografia jurídica**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 22-26.

Nas diversas fases da Pesquisa, foram acionadas as Técnicas do Referente⁷, da Categoria⁸, do Conceito Operacional⁹ e da Pesquisa Bibliográfica¹⁰.

1 Dos atos administrativos e dos princípios

Neste primeiro item será realizada uma abordagem focada nos Atos Administrativos e nos Princípios do Direito Administrativo. A importância, especialmente a do Princípio da Publicidade também será objeto de discussão.

Para José Cretella Junior¹¹, ato administrativo é:

[...] A manifestação de vontade do Estado, por seus representantes, no exercício regular de suas funções, ou por qualquer pessoa que detenha, nas mãos, fração de poder reconhecido pelo Estado, que tem por finalidade imediata criar, reconhecer, modificar, resguardar ou extinguir situações jurídicas subjetivas em matéria administrativa.

No mesmo sentido, para Hely Lopes Meirelles¹²:

Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.

O Ato Administrativo cumpre elevado grau de importância no que diz respeito ao controle das atividades da Administração Pública. Quando da vigência do Estado de Polícia, quando não havia submissão dos governantes à lei, os Atos eram praticados sem qualquer limite, fiscalização ou controle. Com o advento da Revolução Francesa, a lei avançou e passou ao *status* de

⁷ “[...] explicitação prévia do(s) motivo(s), do(s) objetivo(s) e do produto desejado, delimitando o alcance temático e de abordagem para a atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa.” PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática, p. 62.

⁸ “[...] palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou à expressão de uma ideia.” PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática, p. 30.

⁹ “[...] uma definição para uma palavra ou expressão, com o desejo de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias que expomos [...]”. PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática, p. 43.

¹⁰ “Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais”. PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática, p. 217.

¹¹ CRETELLA JÚNIOR, José. **Tratado de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1994, p.53.

¹² MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 36. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 149.

expressão de vontade popular, ou seja, quaisquer atividades administrativas deveriam estar condicionadas ao cumprimento da vontade popular¹³.

De forma didática, em suposto Estado de Polícia, a Administração Pública, de acordo somente com a sua vontade praticava diretamente uma ação concreta, com a ausência de qualquer explicação ou condicionamento a vontade popular. No Estado de Direito, há a vontade da Administração em praticar determinada ação, diante disso, ela pratica um Ato Administrativo, anunciando a decisão que foi tomada para então legitimar sua atitude em optar por tomar determinada decisão¹⁴.

Para legitimar este ato/ação, a Administração Pública, deve, dentre outros requisitos, preencher e observar fielmente os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.

O Direito Administrativo, diferente dos outros ramos do Direito, não é dotado de codificação, sendo então fundado em bases e Princípios desde a sua origem. No Brasil, percebe-se que esses princípios ganharam mais força quando passaram a constar, expressamente, na CRFB/88 no *caput* do Artigo 37¹⁵: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”.

Celso Antônio Bandeira de Mello¹⁶ assim conceitua:

Princípio é, pois, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para exata compreensão e inteligência deles, exatamente porque define a lógica e a racionalidade do sistema normativo, conferindo-lhes a Tonica que lhe dá sentido harmônico.

¹³ MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 221.

¹⁴ MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**, p. 221.

¹⁵ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21 de agosto de 2018.

¹⁶ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 53.

No Direito Administrativo, os Princípios desempenham duas funções principais: inicialmente se pode citar a função hermenêutica, utilizada quando há dúvida sobre o verdadeiro significado de uma norma, utilizando o Princípio para realizar possível esclarecimento; outra função é a integrativa, quando o Princípio é utilizado para facilitar a interpretação da norma e suprir eventuais lacunas¹⁷.

As funções que são exercidas pelas leis codificadas em outros ramos, no Direito Administrativo são exercidas pelos Princípios. Analisando as normas de uma maneira ampla, retira-se delas as ideias centrais. Serão essas ideias centrais que irão reger todo um complexo de regras, sendo que essas ideias centrais são os princípios propriamente ditos.

No próximo item, será dada especial atenção ao Princípio da Publicidade dos Atos Administrativos.

1.1 Importância da publicidade dos atos

No tocante ao Princípio da Publicidade, seu principal objetivo é que os atos praticados pela Administração Pública devam ser dotados de ampla divulgação, atingindo de maneira geral e indistinta a todos os Administrados. Somente tendo conhecimento dos atos praticados, é que estes estarão aptos a supervisionar e controlar estes atos, bem como a conduta dos agentes que o praticaram, para então verificar a legalidade e necessidade dos mesmos¹⁸.

Como é dever dos Agentes Públicos atuar sempre de acordo e em prol do interesse dos Administrados, ou seja, há que ter prevalência do interesse público, a Publicidade dos seus Atos torna-se pressuposto intrínseco ao Ato.

Por certo que existem sim alguns Atos que podem e devem ser dotados de sigilo, que, ressaltando, este deve ser a exceção e nunca regra. A própria CRFB/88 dispõe expressamente os atos que são exceções ao Princípio da

¹⁷ MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**, p. 86.

¹⁸ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2014, p. 26.

Publicidade. São eles: segurança do Estado (art. 5º, XXXIII), segurança da Sociedade (art. 5º XXXIII) e intimidade dos envolvidos (art. 5º, X)¹⁹.

Com ressalva as exceções, a regra é publicizar todo e qualquer Ato Administrativo. De acordo com o art. 11, IV, da Lei 8.429/92²⁰, constitui ato de Improbidade Administrativa o ato de negar publicidade aos Atos Oficiais.

Um dos principais objetivos de dar publicidade aos Atos Administrativos é o de dar transparência aos Atos da Administração Pública. Consequentemente, tornando públicos esses Atos, há uma contribuição para a concretização do Princípio da Moralidade, haja vista que, com a obrigatoriedade de dar publicidade aos Atos, a ocorrência de práticas contrárias a moral tende a diminuir. Além de que, a publicidade também colabora para que haja, além dos controles internos, o Controle Social dos Atos Administrativos.

2. Improbidade na administração pública

Para entender a relação do Princípio da Publicidade com o da Moralidade, neste item dar-se-á destaque à importância deste Princípio, de modo a estabelecer a relação entre eles.

2.1 Princípio da moralIDADE

Justificando e caracterizando esse caráter predominantemente principiológico do Direito Administrativo, não há como não remeter esse fato a ideia de Moralidade Administrativa, que surgiu inicialmente na França, como sendo uma justificativa para a criação de um Conselho de Estado, que tinha por objetivo coibir o Desvio de Poder e possíveis abusos dele por parte dos indivíduos e dos Agentes Públicos, elaborando informativos e Princípios que

¹⁹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

²⁰ BRASIL. Lei da Improbidade Administrativa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Acesso em 31 de agosto de 2019.

viriam a estabelecer limites e formas para a relação da Administração Pública, Agentes Públicos e Indivíduos²¹.

Isentos de hierarquia, esses Princípios (citados anteriormente) elencados no Artigo 37 da CRFB/88, tem o objetivo fundamental de reger a Administração Pública, os atos dos seus Administradores e Agentes Públicos, a fim de que se tenha uma boa administração. Administração esta que deve ser íntegra, transparente, honesta, que vise sempre o Bem Estar e o interesse da Sociedade e de seus Indivíduos e que, sobretudo seja uma administração de qualidade.

Neste sentido, Pasold²² nos ensina sobre o conceito valorativo de Poder que os homens que ocupam a condição de homens públicos devem ter para que se tenha uma ótima Administração Pública. Vejamos:

[...] quando no exercício de função pública o indivíduo, qualquer indivíduo, todo indivíduo, deveria praticar um conceito valorativo de poder e nunca o conceito quantitativo de poder. O conceito valorativo de poder dispõe que este somente é legítimo quando na fixação dos seus resultados pretendidos, na sua produção e operação, são respeitadas, pelo detentor do poder, as aspirações dos seus destinatários.

Isto posto, para o presente Artigo Científico, dentre os Princípios supracitados, o que deveria ser mais atentamente observado pelos homens que estão em função de Administradores Públicos, praticando o conceito valorativo de Poder, é o Princípio da Moralidade. Mantendo as atitudes e os atos oriundos da Administração Pública por meio dos seus Agentes pautados na moral torna o cumprimento e seguimento dos demais Princípios tarefa simples de ser executada.

A Administração Pública, bem como seus Gestores/Administradores, estão em descrédito com a população, sendo que sua honestidade e principalmente a transparência das suas ações são postas a prova diariamente. Os jornais, noticiários e a internet noticiam diariamente atos de corrupção,

²¹ FRANCO SOBRINHO, Manuel de Oliveira. **O controle da moralidade administrativa**. São Paulo: Saraiva, 1974, p. 05.

²² PASOLD, Cesar Luiz. **Reflexões Sobre o Poder e o Direito**. 2.ed. Florianópolis: Estudantil, 1988, p.06.

desvio, lavagem de dinheiro dentre outras práticas criminosas cometidas por Gestores e Administradores Públicos.

A falta da informação dos atos do Estado para com o Cidadão é o grande ponto chave da questão, pois este é privado (na maioria das vezes) das informações dos Atos Administrativos praticados, e seu direito e sua capacidade de fiscalizar esses atos ficam prejudicadas ou até mesmo nulas.

2.2 Ausência da moralidade: corrupção e desvio de poder

Os limites legais dados à Administração Pública para a prática de seus atos (especialmente no que tange ao Poder Discricionário), segundo Franco Sobrinho²³ não são nada rígidos, além de que existem inúmeras justificativas relativas às finalidades desses atos que podem ser utilizadas para possíveis explicações quando supostamente ocorrer algum tipo de desvio. É exatamente na ausência de rigidez que reside o problema, pois, com a possibilidade de se apoiarem nessa generosa margem de atuação, os Agentes Públicos agem de modo ilegal e imoral, vindo a praticar atos de Corrupção e Desvio de Poder.

Esses Atos, especialmente os corruptivos, fazem parte das próprias características políticas do Brasil²⁴, que além de fomentar, dão a impressão de que não há nenhum ato político neste país que não seja corrupto, não tenha desvios de dinheiro, prevalência de interesses particulares ou de terceiros envolvidos.

Para Cretella²⁵, o Desvio de Poder, pode ser entendido de maneira geral como “o uso indébito que o agente administrativo faz do poder discricionário de que é detentor para a consecução de fim diverso do que a lei preceituara”.

Muito embora o Agente Público se valha do seu Poder Discricionário para a prática de diversos Atos Administrativos, nada pode se sobrepor ao interesse público, e ele não pode fugir e nem se abster de observar

²³ FRANCO SOBRINHO, Manuel de Oliveira. **O controle da moralidade administrativa**, p. 09.

²⁴ RIBEIRO, Antonio Silva Magalhães. **Corrupção e controle na administração pública brasileira**. São Paulo: Atlas, 2004, p. 44.

²⁵ CRETELLA JÚNIOR, José. **O “desvio de poder” na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 33.

características tais como o motivo pelo qual o ato será praticado, a razão da causa e a competência²⁶.

Neste contexto de observação dos requisitos para que o Ato Administrativo seja revestido de legalidade em todas as suas formas é que surge a responsabilidade e o fator moral. É esta moralidade que auxiliará no controle dos atos e na prevenção para que os mesmos sigam as regras e preceitos da boa Administração.

Para MELO²⁷, é inaceitável que a Política se utilize de meios que sejam incompatíveis com a Ética para justificar seus atos e conteúdos. Não se pode permitir que atos que contrariam a ética e a moral prevaleçam, e mais do que isso, que sejam utilizados como um instrumento meio para justificar um fim.

Se o Princípio da Moralidade é respeitado e ele se faz presente nos Atos praticados pela Administração, certamente o Agente que os praticou cumprirá e observará todos os demais Princípios a ele inerentes, e por certo não terá motivos para que não o torne público. É neste momento que o bom administrador tornará possível o Controle Social dos Atos Administrativos, é exercendo a sua função de maneira correta que ele fornecerá instrumentos e dados fidedignos para que os seus cidadãos possam acompanhar, fiscalizar e participar cada vez mais da vida política da sua Cidade, Estado e do seu País.

3 Controle social dos atos administrativos

Quando se ouve a expressão “controle”, logo se é remetido a uma ação que precisa ser realizada com atenção, com o maior grau de proximidade e, se possível, realizada *in loco*, sem delegações.

E quando se fala em Controle Social da Administração Pública, estas características não são diferentes. Partindo do pressuposto que esse controle será exercido pela Sociedade para defesa e fiscalização dos seus próprios interesses, ele será executado de maneira mais eficaz se for realizado pela própria Sociedade. Para que esse controle seja executado, é necessário que a

²⁶ FRANCO SOBRINHO, Manuel de Oliveira. **O controle da moralidade administrativa**, p. 09.

²⁷ MELO, Osvaldo Ferreira de. **Fundamentos da Política Jurídica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor/UFSC, 1994, p. 57.

Administração Pública faça sua parte, criando e fornecendo instrumentos úteis para que a Sociedade o faça de modo “organizado, moderno e sistemático” o controle dos seus atos e ações²⁸.

Se o governo brasileiro se atentasse e efetivamente cumprisse e seguisse o Princípio da Publicidade previsto no Artigo 37, *caput* da CRFB/88, o Controle Social dos Atos Administrativos do Governo se tornaria viável e poderia então ser perfeitamente executado pela Sociedade, seguindo o modo acima descrito. Porém, há uma prática secular de quem se encontra no Poder, totalmente oposta ao que dispõe o artigo supra, dificultando e muitas vezes anulando a participação da Sociedade nesta forma de controle.

Ou seja, tornar públicos os Atos Administrativos não é decisão que cabe aos Administradores, sendo que estes devem tão somente respeitar as exceções já mencionadas. Vale aqui lembrar o ensinamento de Ferrajoli²⁹, quando ele escreve:

[...] É nessas duas dimensões, ambas necessárias, que se baseia o paradigma atual da ‘democracia constitucional’, em virtude do qual é retirado, a qualquer poder decisional, público ou privado, a disponibilidade dos direitos fundamentais e dos outros princípios constitucionais [...].

Este controle teria como objetivo principal fazer com que a Administração se mantenha íntegra, praticando Atos que sejam eficazes, que tenham estreita relação com a moral e a ética, afastando-se cada vez mais de atos ou ações que possam acarretar em desvio de finalidade (Atos que não tenham o interesse público como fim, que visem benefícios particulares ou de terceiros), abuso de poder e corrupção.

É neste cenário que surge o termo *Accountability*³⁰, no caso da Administração Pública, o seu significado mais utilizado diante do contexto e do panorama, seria como de uma obrigação aos membros de Órgãos Públicos

²⁸ RIBEIRO, Antonio Silva Magalhães. **Corrupção e controle na administração pública brasileira**, p. 123.

²⁹ FERRAJOLI, Luigi. Por uma **Teoria dos Direitos e dos Bens Fundamentais**. Tradução de Alexandre Salim, Alfredo Copetti Neto, Daniela Cademartori, Hermes Zaneti Júnior, Sérgio Cademartori. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. (sem título original no exemplar utilizado), p. 110.

³⁰ Termo originário da língua inglesa, sem tradução fiel e/ou literal para o português. Mais adiante no presente Artigo, será dado o conceito deste termo.

de prestar contas a entidades de regulação ou a seus representantes diretos, incluindo, obviamente a Sociedade³¹.

O conceito de *Accountability* mais adequado a esse contexto é o conceito trazido pelo consultor internacional de gestão financeira e auditoria Malaxecheverria³²: “Obrigação legal e ética que tem o governante de informar ao governado como se utiliza do dinheiro e outros recursos que lhe foram entregues pelo povo para empregá-los em benefício da sociedade e não em proveito do governante”.

Esta definição esclarece que, para o consultor o termo *Accountability* está diretamente relacionado com a prestação de contas do governo, trazendo a público e proporcionando para a população informações referentes aos seus atos e ações. Isto não somente por serem informações essenciais para os cidadãos em geral, mas para o próprio governo, para que ele mesmo tenha essas informações de forma clara e fidedigna proporcionando uma programação e um planejamento mais eficazes e condizentes com a sua realidade financeira e política³³.

Para Osborne³⁴, essas experiências ocorrem em países que já se encontram em elevados estágios de desenvolvimento tanto político quanto econômico, como os Estados Unidos. São países em que a Sociedade já se encontra também em elevado grau de organização, onde a própria Sociedade consegue criar órgãos ou organismos para efetuar essa fiscalização, que participa ativamente de ações que vão desde a formulação de políticas públicas até a avaliação e auxílio na organização de programas governamentais. O governo, por sua vez, fornece as ferramentas e estruturas necessárias para que essas ações sejam executadas.

³¹ Portal da Administração. Governança, Governabilidade e *Accountability*. Disponível em: <http://www.portal-administracao.com/2015/04/governanca-governabilidade-accountability.html>. Acesso em 02 set. de 2018.

³² Malaxecheverria, Angel Gonzáles. **Os Objetivos da Informação Financeira Proveniente do Governo Nacional**. Congresso Internacional de Auditoria Integrada, 1995, Buenos Aires.

³³ RIBEIRO, Antonio Silva Magalhães. **Corrupção e controle na administração pública brasileira**, p. 126.

³⁴ MATTOS, Cesar. Resenha de Reinventando o Governo: David Osborne e Ted Glaeber. **Revista de Administração Pública**: Rio de Janeiro. V. 29, n. 2, p.193-200, abril/junho, 1995.

Observando as considerações do autor supra, de pronto se percebe que o Brasil ainda engatinha quando o assunto é Controle Social dos Atos Administrativos. O cenário que se vê é um cenário em que os Governantes somente se propõem a informar a população sobre seus atos quando são praticamente obrigados a fazê-lo. Mais comumente essas situações ocorrem quando a imprensa investiga atos de Corrupção ou Desvio de Poder e faz a denúncia, momento em que os responsáveis tornam públicas as informações que os convém.

Considerações finais

Desenvolvimento, dedicação e evolução são fatores que estão ausentes em inúmeros aspectos no Brasil, especialmente quando se fala em Política e Administração Pública.

Desenvolvimento no sentido político e também econômico, estamos acorrentados a uma política de interesses, autoritária e patrimonialista. É uma prática instalada e estigmatizada da qual não conseguimos nos desvencilhar. O Poder está sempre nas mãos dos mesmos, os mesmos que desviam, roubam, corrompem e que pouco se interessam pelo bem da nação.

Dedicação no tocante ao cuidado que se deve ter para com o ato de administrar, principalmente quando se administra algo de terceiros. Pois é exatamente isso que os agentes públicos fazem, administram (mesmo que temporariamente) bens, recursos, direitos e serviços que são da população. Então é necessário que se dediquem, se esforcem e que administrem essa máquina de maneira honesta, dedicada e íntegra, cumprindo e observando os preceitos e Princípios a ela inerentes.

Quanto à evolução, esta se dá no sentido próprio da palavra. Quando se tem a notícia de que algo evolui, se tem a impressão de que melhorou, desenvolveu ou de que, como popularmente se diz, “andou para frente”. É preciso evoluir e abster-se da mentalidade de que participar como agente público na Administração Pública é fazer mais do mesmo, pois a população já está acostumada, e de que é o momento de aproveitar para encher o próprio bolso.

Precisamos de agente públicos evoluídos, que cumpram fielmente seu dever, pautados na Moral e na Ética, que ajam de acordo com o que preceitua nossa CRFB/88, observando todos os Princípios do artigo 37, em especial o de informar e publicizar seus atos, desempenhando seu papel de administradores de modo consciente e responsável, dando oportunidade para que a Sociedade exerça sua função não só de contribuinte, mas sim sua função ativa, participativa e fiscalizadora.

Um país no qual a Sociedade é politicamente engajada, que se importa e que participa ativamente dos atos políticos do governo, é um país que certamente investiu para que isso acontecesse. A Sociedade não aceita e não se motiva a participar de movimentos políticos quando de antemão já tem a impressão ou a certeza de que o objetivo de tais movimentos não é o Interesse Público.

A Transparência, a Moralidade e a Publicidade dos Atos Administrativos são sem dúvida os pontos de partida para que o Controle Social se torne realidade e comece a ser efetivamente realizado pela população.

Referências das fontes citadas

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 26. Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Portal do Senado Federal: Legislação**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992. Lei da Improbidade Administrativa. **Portal da Presidência da República do Brasil: Legislação**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Acesso em: 31 ago. 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CRETELLA JÚNIOR, José. **O “desvio de poder” na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Tratado de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

FERRAJOLI, Luigi. **Por uma Teoria dos Direitos e dos Bens Fundamentais**. Tradução de Alexandre Salim, Alfredo Copetti Neto, Daniela Cademartori, Hermes Zaneti Júnior, Sérgio Cademartori. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. (sem título original no exemplar utilizado).

FRANCO SOBRINHO, Manuel de Oliveira. **O controle da moralidade administrativa**. São Paulo: Saraiva, 1974.

MALAXECHEVERRIA, Angel Gonzáles. **Os Objetivos da Informação Financeira Proveniente do Governo Nacional**. Congresso Internacional de Auditoria Integrada, 1995, Buenos Aires.

MATTOS, Cesar. Resenha de Reinventando o Governo: David Osborne e Ted Gaeber. **Revista de Administração Pública**: Rio de Janeiro. V. 29, n. 2, p.193-200, abril/junho, 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8245/704>>. Acesso em 28 ago. de 2018.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 36. ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2010.

MELO, Osvaldo Ferreira de. Fundamentos da Política Jurídica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor/UFSC, 1994.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. 14 ed. Florianópolis: EMais, 2018.

PASOLD, Cesar Luiz. **Reflexões Sobre o Poder e o Direito**. 2.ed. Florianópolis: Estudantil, 1988.

Portal da Administração. Governança, Governabilidade e Accountability. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2015/04/governanca-governabilidade-accountability.html>>. Acesso em 02 set. de 2018.

RIBEIRO, Antonio Silva Magalhães. **Corrupção e controle na administração pública brasileira**. São Paulo: Atlas, 2004.